

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SABRINA OLIMPIO CALDAS DE CASTRO

Universidade Federal de Viçosa
sabrinedekastro@hotmail.com

LUCIA HELENA GAZOLLA REIS DE SOUZA

Universidade Federal de Viçosa
lgazolla.ufv@gmail.com

RODRIGO GAVA

Universidade Federal de Viçosa
rgava@ufv.br

EDSON ARLINDO SILVA

Universidade Federal de Lavras
edsonufla@yahoo.com.br

Área temática: Administração Pública

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) visa aferir o desempenho dos estudantes e oferecer dados para a tomada de decisão dos gestores das Instituições de Ensino Superior (IES). Apesar de constituir alvo de algumas críticas, permanece como atual avaliação discente e tem alcançado destaque na sociedade. Ademais, exige considerável investimento da máquina pública e constitui uma política pública relativamente nova. Considerando tais aspectos, concomitante à atual notoriedade das políticas públicas como tema das pesquisas acadêmicas no Brasil, este trabalho objetivou analisar o ciclo político do ENADE enquanto um dos instrumentos de avaliação da educação superior. A pesquisa possuiu uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo, com coleta de dados primários por meio de entrevistas com dois grupos: formuladores do ENADE e coordenadores de curso. Como resultado, aferiram-se acontecimentos e fatores envolvidos em todas as cinco primeiras fases do ciclo. Por fim, realizou-se uma avaliação do exame considerando os critérios de eficiência e eficácia. Concluiu-se que apesar das críticas que recebe, o ENADE constitui um avanço no processo de avaliação da educação superior. Ademais, identificou-se a importância de analisar todo o processo que envolve a formulação de uma política pública, sendo o ciclo político um modelo que facilita esta análise.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública Educacional, ENADE, Ciclo Político.

ABSTRACT

The objective of National Examination Performance of Students (ENADE) is assess students performance and provide data for decision making of managers of Higher Education Institutions (HEIs). In spite of being the target of some criticism, this test remains as the current mechanism for student evaluation and has achieved prominence in society. Furthermore, it requires considerable investment of public administration and is a public policy relatively new. Considering these aspects, concomitant with the importance of public policy as a topic of academic research in Brazil, at present, the ENADE as public education policy becomes relevant object of study. The research have a qualitative approach and descriptive with primary data collection through interviews with two groups: the ENADE formulators and course coordinators. As a result, have assessed up events and factors involved in all first five phases of the cycle. Finally, we performed a review of the exam considering the criteria of efficiency and effectiveness. It was concluded that despite the criticism he receives, the ENADE constitutes a breakthrough in the higher education evaluation process. Furthermore, was identified the importance of analyzing the whole process involving the formulation of public policy, being the policy cycle, a model that facilitates this analysis.

KEYWORDS: Public Policy Education, ENADE, Policy Cycle.

INTRODUÇÃO

As universidades latino-americanas se institucionalizaram de maneira diferenciada em cada país. Apesar da existência de escolas e faculdades profissionais durante o Império, as universidades brasileiras se formaram efetivamente na primeira metade do século XX. Este processo pode ser caracterizado como tardio, quando comparado com a América Espanhola, na qual o surgimento das Instituições de Ensino Superior (IES) se iniciou em 1538.

Com o decorrer dos anos, conforme ocorriam alterações no cenário político nacional, o ensino superior brasileiro passou por modificações. Neste sentido, na década de 1990, a ideia de elaborar um processo de avaliação da educação superior por meio da utilização de instrumentos que permitissem a comparação dos dados obtidos, a transparência desses e, conseqüentemente, a prestação de contas à sociedade em geral, ganhou considerável espaço entre docentes, reitores e o governo. No segundo milênio, com o aumento considerável das IES, validou-se essa necessidade da avaliação institucional para verificar a qualidade da proliferação do ensino (CASTRO *et al.*, 2013).

Com o intuito de efetivar essa verificação, em 2004, no primeiro mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atribuindo ao Estado a responsabilidade pelo processo avaliativo. O SINAES, além de assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, busca permitir que as IES desenvolvam sua gestão tendo como base as informações advindas do processo avaliativo e que utilizem os resultados para enriquecer o seu planejamento, além de subsidiar a construção de políticas internas para a melhoria da educação superior (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO E BARREYRO, 2006).

Diante desta complexidade, para garantir a eficiência nas dimensões internas e externas da avaliação, o SINAES utiliza instrumentos diferenciados. Um deles é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que visa analisar o aprendizado fornecido ao aluno e o efeito do curso nesse processo, procurando identificar o conhecimento agregado ao perfil cultural e profissional do estudante. Os resultados obtidos são devolvidos às instituições em forma de relatórios, com o desígnio de orientar as instituições sobre a necessidade de realizar melhorias no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares (SENA, 2011).

Apesar de constituir alvo de algumas críticas, como a utilização dos resultados obtidos pelo ENADE para elaborar *rankings* das IES (BRITO, 2011), esse exame permanece como atual mecanismo para a avaliação discente e tem alcançado notoriedade na sociedade, principalmente na mídia, sendo o único instrumento referenciado como um indicador de qualidade da educação superior na perspectiva de Schwartzman (2008). Ademais, o exame exige considerável investimento da máquina pública e constitui uma política pública relativamente nova.

Considerando tais aspectos, concomitante ao fato da atual notoriedade das políticas públicas como tema das pesquisas acadêmicas no Brasil, conforme Souza (2003), o ENADE, como política pública educacional torna-se objeto relevante de estudo. Sendo assim, este trabalho objetivou analisar o ciclo político do ENADE enquanto um dos instrumentos de avaliação da educação superior.

Segundo Secchi (2010), apesar das fases geralmente se apresentarem misturadas e suas seqüências se alternarem, a adoção do ciclo para a análise de políticas públicas viabiliza a organização de ideias, simplificando a complexidade de uma política pública, facilitando assim o trabalho dos pesquisadores. Com relação ao número de fases que compõem este ciclo, existem divergências entre os autores sobre este número. Neste trabalho, adotou-se o modelo defendido pelo autor supracitado, o qual apresenta sete fases principais: identificação do problema, formulação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão,

implementação, avaliação e extinção. Dessa forma, o tópico seguinte destina-se a descrever os cenários das políticas públicas educacionais no Brasil, até o atual contexto no qual o ENADE se faz presente.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas em educação vêm, nas últimas décadas, passando por modificações, as quais estão diretamente relacionadas às alterações ocorridas nos cenários históricos brasileiros, englobando as transformações no âmbito político, econômico e social.

Dentre estes cenários, destaca-se o ano de 1990, a partir do qual as discussões entre docentes, reitores e o governo sobre a avaliação das universidades se intensificaram. Como resultado, em outubro de 1993, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), em parceria com outras entidades do segmento das universidades brasileiras, elaboraram o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB). Aprovada pelo governo federal, a proposta tornou-se uma política pública para a educação superior, com o desígnio de viabilizar meios de eficiência tanto no financiamento quanto na prestação de contas aos financiadores, a chamada política de *accountability* (BARBOSA, FREIRE E CRISÓSTOMO, 2008). O programa começou a apresentar críticas, dentre as quais o fato de deixar a critério das universidades optarem por participarem ou não, como resultado, as verbas para o PAIUB foram extintas em 1996.

Posteriormente, no primeiro mandato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o governo criou o Sistema Nacional de Avaliação (SNA) e com ele o Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, que ocorria anualmente com estudantes concluintes de cursos de graduação e era condição obrigatória para a aquisição do diploma. Pelo fato do resultado ser divulgado pela imprensa nacional, o exame se transformava em instrumento de classificação das instituições e de seus cursos. Vigorou até 2003, com seu processo de funcionamento marcado por posições contrárias ao método utilizado (CASTRO *et al.*, 2013).

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, instalou-se a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), com o intuito de reformular os processos e políticas de avaliação da Educação Superior (INEP, 2009). A comissão elaborou o atual sistema de avaliação das IES: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esse sistema visa garantir o processo nacional de avaliação das IES, de cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. Para dar conta de toda esta complexidade, utiliza três instrumentos: a auto-avaliação, que ocorre internamente com a participação de alunos, professores e demais estudantes; a avaliação institucional externa, realizada por uma comissão de avaliadores designados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que visa aferir o desempenho dos estudantes (SENA, 2011).

Esse exame permanece como atual mecanismo para a avaliação discente e tem alcançado notoriedade na sociedade, principalmente na mídia, sendo o único instrumento referenciado como um indicador de qualidade da educação superior na perspectiva de Schwartzman (2008). O ENADE visa

(...) aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Relatório de Curso, ENADE, 2009).

Em relação ao número de alunos a serem submetidos ao exame, até o ano de 2008 a seleção dos participantes ocorria por meio de amostragem probabilística. No ano seguinte,

tornou-se obrigatória a participação de todos os alunos dos cursos de graduação que se encontram ao final do primeiro e do último ano de curso, com o intuito de avaliar o valor agregado dos cursos de graduação (SENA, 2011). A partir da edição de 2011, dispensou-se a participação dos estudantes ingressantes, que passaram a ser avaliados com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Sendo assim, o ENADE foi implementado como componente do SINAES com o desígnio de gerar informações, a partir da avaliação, para orientar “as instituições sobre a necessidade de fazer adaptações no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares” (SENA, 2011, p. 63), a partir da análise da trajetória do aluno no curso. Destaca-se, no entanto, que apesar dos esforços em superar métodos anteriores de avaliação, o atual exame constitui alvo de diversas críticas, como o fato de desconsiderar a ênfase que cada curso possui nas diversas instituições que o oferece. Apesar disso, Brito (2011) argumenta que o ENADE é uma mudança na maneira de avaliar, por buscar aferir o processo e não o produto, gerando um diagnóstico que permite a correção e a superação das dificuldades. Sendo assim, no tópico seguinte abordar-se-á o modelo utilizado para a análise deste exame como política pública educacional.

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são traçadas pelo Estado com o desígnio de promover o bem-estar social e o interesse público. Segundo a concepção de Secchi (2010), a elaboração de tais políticas ocorre através do ciclo político, que organiza a vida política e pública em fases sequenciais e interdependentes. Dessa forma, esse esquema de interpretação e visualização constitui um mecanismo que viabiliza a análise das políticas públicas desde sua concepção até sua avaliação. No entanto, ressalta-se que a separação em etapas é realizada apenas para facilitar a compreensão do processo.

Existem divergências entre os autores sobre quais e quantas são as fases do ciclo político. Neste trabalho, adotou-se o modelo proposto por Secchi (2010), que classifica as políticas públicas em sete fases: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção, como apresentado na Figura 1.

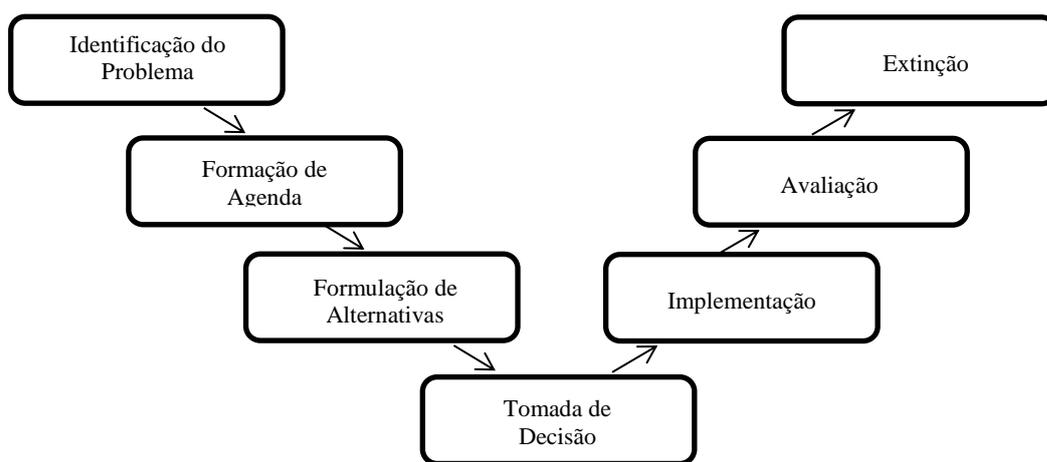


Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas.

Fonte: Secchi (2010).

No entender deste autor, a primeira fase consiste na identificação de um déficit entre a realidade presente e a realidade pública almejada. Após a identificação do problema, o ator político direciona seus esforços para incrementá-lo na lista de prioridades de atuação, denominada agenda.

Na percepção de Jannuzzi (2011), a agenda governamental é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e as pessoas ligadas a ele concentram sua atenção, resultando no reconhecimento da questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução. Ou seja, consiste na legitimação do problema detectado na pauta pública, em determinado momento.

A partir da inclusão do problema na agenda, inicia-se a formulação das alternativas, definindo-se as ações a serem adotadas, as metas a serem atingidas e o objetivo a ser alcançado (SECCHI, 2010). Assim, essa fase abarca os processos e atividades relacionadas à construção de possíveis soluções, projetos e programas para lidar com a questão incluída na agenda. Dessa forma, engloba a transformação de um problema em alternativas para a solução.

Posteriormente, no processo de tomada de decisão, a alternativa mais apropriada dentre as apresentadas é selecionada, bem como a forma como será efetivada. Para tanto, na perspectiva de Rua (1997), o processo de tomada de decisão deve considerar a alocação de recursos, o levantamento das informações disponíveis sobre o assunto, o estudo das possibilidades técnicas e políticas para solucionar o problema e os atores envolvidos.

Segundo Secchi (2010), existem três formas de compreender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos. A tomada de decisão *ad hoc* é uma delas, e ocorre quando se busca escolher a alternativa que melhor se adequa aos objetivos definidos *a priori*. A escolha também pode ocorrer de acordo com o incrementalismo. Este modelo, segundo Lindblom (1959) *apud* Secchi (2010), apresenta três características: os problemas e a solução são redefinidos durante o processo de tomada de decisão, as decisões presentes são influenciadas pelas decisões tomadas anteriormente e os interesses dos atores envolvidos influenciam o processo de escolha. A terceira forma de entender a dinâmica de tomada de decisões refere-se às situações em que primeiramente a solução é elaborada e, posteriormente, busca-se um problema para solucionar.

Na quinta fase, o planejamento e a escolha transformam-se em atos. Para Jannuzzi (2011, p. 45), essa fase “corresponde aos esforços de implementação da ação governamental, na alocação de recursos e desenvolvimento dos processos previstos nas alternativas e programas escolhidos anteriormente”. Observa-se que essa é a etapa de transformar intenções políticas em ações concretas, sendo caracterizada pela efetivação de leis que regularizam a política. Segundo Secchi (2010), a análise dessa fase permite visualizar os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de políticas públicas. Para a realização dessa análise, Frey (2000) observa que:

No que tange à análise dos processos de implementação, podemos discernir as abordagens, cujo objetivo principal é a análise da qualidade material e técnica de projetos ou programas, daquelas cuja análise é direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos. No primeiro caso, tem-se em vista, antes de mais nada, o conteúdo dos programas e planos. Comparando os fins estipulados na formulação dos programas com os resultados alcançados, examina-se até que ponto a encomenda de ação foi cumprida e quais as causas de eventuais “déficits de implementação”. No segundo caso, o que está em primeiro plano é o processo de implementação, isto é, a descrição do “como” e da explicação do “porque” (FREY, 2000, p. 228).

Ademais, segundo Sebatier (1986) *apud* Secchi (2010), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas. O modelo *top-down* caracteriza-se pela explícita separação entre o momento de tomada de decisão e o momento da implementação. Já o modelo *bottom-up* caracteriza-se pela maior liberdade de burocratas e outros atores modelarem e auto-organizarem a implementação de uma política pública.

A sexta fase consiste na avaliação da política pública. Na perspectiva de Secchi (2010), nessa fase examina-se a implementação e o desempenho da política pública com a finalidade de conhecer melhor o estado da política e o grau de redução do problema que a

gerou. Dessa forma, os esforços empreendidos para solucionar o problema original são avaliados, investigando a lacuna existente em seus resultados e os efeitos colaterais indesejados para a tomada de decisão referente às ações futuras. Segundo este mesmo autor, existem alguns critérios usados para a realização da avaliação. Dentre estes, encontram-se a eficácia, que corresponde ao nível de alcance dos objetivos preestabelecidos e a eficiência econômica, a qual trata da relação dos recursos utilizados e a produtividade alcançada.

Por fim, a última fase do ciclo compreende a extinção da política pública, tornando completa a comparação do ciclo de política pública ao ciclo de vida dos organismos. No entanto, alguns fatores dificultam a extinção de qualquer política pública, como a inércia institucional e o conservadorismo. Logo, para que possam ser extintas, similarmente ao nascimento também necessitam de oportunidades, como reformas ministeriais ou mudanças de mandato executivo e legislativo (SECCHI, 2010).

Enfim, após a apresentação do embasamento teórico deste trabalho, o tópico seguinte descreve os processos metodológicos seguidos para a realização do mesmo.

METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo proposto, atribuiu-se a esta pesquisa um caráter qualitativo, visto que propõe analisar o ciclo político do ENADE enquanto um dos instrumentos de avaliação da educação superior e, segundo Lakatos e Marconi (2010), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados caracteriza a pesquisa qualitativa, não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas. Segundo Weiss (1998), os métodos qualitativos atribuem vantagens aos pesquisadores, dentre as quais a especial sensibilidade à influência do contexto e a flexibilidade perspectiva. Quanto ao objetivo, esta pesquisa é descritiva, pois “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” (VERGARA, 2007, p. 47).

Já em relação aos meios, o levantamento de dados foi obtido por acesso a dados primários, coletados através de entrevistas realizadas a partir de roteiros, aplicadas a dois grupos distintos. O primeiro grupo compõe-se por integrantes da CEA, comissão estabelecida para a formulação e a implementação do SINAES e membros da Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado responsável pela coordenação e supervisão do SINAES. O intuito de realizar a entrevista com este grupo consiste em obter informações referentes às cinco primeiras fases do ciclo político, abarcando desde o momento da identificação do problema até a implementação da política.

Ademais, para a análise da fase de avaliação, foram realizadas entrevistas com catorze coordenadores de cursos de graduação, com o desígnio de coletar informações referentes a real influência do ENADE no cotidiano das IES. Inicialmente, estava prevista a inclusão de coordenadores de cursos de graduação de todas as onze Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais cujos cursos já tivessem participado de alguma edição do exame. No entanto, em razão da baixa participação, optou-se por restringir a amostra, compondo-a apenas por coordenadores de cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa. As informações referentes à coleta de dados encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição dos grupos de entrevistados.

CATEGORIA	CEA	CONAES	COORDENADORES
Caracterização dos grupos	A	B	C
Impossibilitados de participar	02	03	34
Não responderam	15	09	306
Responderam	04	04	28
Total	21	16	368

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa.

Para a análise dos dados utilizou-se recortes semânticos e linguísticos, considerando trechos e palavras pontuais, partindo dos pressupostos levantados por Bardin (1991). Souza (2013) apresenta como características deste método a disponibilidade do entrevistado transmitir as informações necessárias e o pequeno grau de controle do entrevistador perante a situação da coleta de dados.

No que tange as definições construtivas e operacionais, optou-se por categorizar os dados em seis etapas, as quais correspondem às fases do ciclo político na perspectiva de Secchi (2010). Para a realização da análise e consequente alcance do objetivo proposto, desconsiderou-se a última fase do ciclo apresentada por este autor, a qual se refere à extinção da política pública, visto que o ENADE permanece como atual mecanismo de avaliação da educação superior.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E FORMAÇÃO DE AGENDA

A primeira fase do ciclo político, segundo Secchi (2010), consiste na identificação do problema, que ocorre em função da percepção de um déficit entre a realidade presente e realidade pública almejada. Após a identificação do problema por algum ator político, caso esse ator tenha interesse em sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda. Neste sentido, foram identificados problemas com o Provão, levando à necessidade de reformulação dos processos, instrumentos e políticas de avaliação e de regulação da Educação Superior.

Segundo o INEP (2009), havia a exigência de controle de qualidade da educação superior por parte da sociedade em geral. Assim, apesar do Provão inicialmente ter sido boicotado em muitos campi, tornou-se parte da cultura da educação superior no Brasil (VERHINE, DANTAS E SOARES, 2006). Corroborar para essa visão o entrevistado B1, que afirma que seria muito difícil explicar para a sociedade a exclusão do Provão, em razão de ser um medidor dos resultados dos alunos.

Apesar de sua ampla aceitação pela sociedade em geral, o Provão constituiu alvo de críticas de muitos membros da comunidade acadêmica e especialistas em avaliação. No entanto, apesar das críticas referentes a este exame, segundo o entrevistado A4, “reconhecia-se que o tamanho da oferta de Ensino Superior e a complexidade nela envolvida demandavam exames de grande escala”.

Verhine, Dantas e Soares (2006), apontam como uma das críticas ao Provão o fato de não apresentar uma articulação com os demais componentes da Avaliação da Educação Superior, no qual a junção das partes possibilitasse uma visão geral da qualidade de cada instituição. Dessa forma, pensava-se em criar um sistema que integrasse um conjunto de dimensões, conforme a afirmação do entrevistado A1:

Havia uma crítica correta de que o velho Provão dizia avaliar instituições, mas na verdade avaliava apenas o desempenho estudantil. Se requeria, assim, um processo de avaliação que desse conta das instituições, não apenas dos alunos, com foco institucional e não apenas focado em cursos, tal como ocorria nos processos de autorização e reconhecimento.

Com relação aos atores envolvidos no processo de formulação da agenda, Secchi (2010) os classificam em governamentais e não governamentais. No processo de formulação de agenda do ENADE, citam-se, dentre os atores governamentais, os dirigentes do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Secretaria de Educação Superior (SESu). Ademais, trinta e oito entidades (atores não governamentais), entre as quais fóruns, associações sindicais e associações profissionais, também manifestaram suas opiniões.

Dessa forma, nota-se que o Provão consistia no mecanismo de controle de qualidade da educação superior por parte da sociedade, além de constituir parte da cultura da educação superior. No entanto, era alvo de críticas de membros da comunidade acadêmica e especialistas em avaliação. A junção desses fatores levou à necessidade de reformulação da avaliação e regulação da Educação Superior e permitiu a inserção na agenda política de um exame em larga escala para avaliar os cursos de graduação.

FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS

A partir da inclusão do problema na agenda, inicia-se a fase de formulação das políticas, na qual são definidas as ações a serem adotadas, as metas a serem atingidas e o objetivo a ser alcançado. Sendo assim, essa fase refere-se aos processos e atividades relacionadas à elaboração de possíveis soluções para lidar com a questão recém-incluída na agenda (JANUZZI, 2011).

Destaca-se que o ciclo político consiste em um modelo teórico para a análise das políticas públicas cujas fases se inter-relacionam, sendo a separação em etapas realizada apenas para facilitar a compreensão (SECCHI, 2010). Ao aplicar esse modelo para a análise das políticas públicas educacionais, nota-se que o processo de inserção na agenda política de um exame em larga escala para avaliar os cursos de graduação e substituir o Provão, ocorreu após a iniciação do processo de formulação de políticas para a avaliação da educação superior.

Esse processo de elaboração da política de avaliação das IES envolveu, além de atores governamentais e entidades, outros dois grupos de atores, sendo um formado por acadêmicos e outro por empresários. O primeiro era composto por professores, que atuavam em instituições de educação superior públicas, especialmente em instituições federais e que eram próximos ao Partido dos Trabalhadores. O segundo era formado por indivíduos ligados às instituições privadas, que se organizavam em associações na defesa de seus interesses (BARREYRO, 2009).

A proposta inicial da CEA submetida à consulta da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, denominada Sistema Nacional e Progresso do Ensino Superior, sofreu críticas por acabar com o Provão, o único sistema de avaliação que permitia a sociedade ter informações sobre a qualidade dos cursos, levando à inserção de um exame nos moldes do Provão na agenda política, em função dos aspectos abordados no tópico anterior. Sendo assim, a criação desse exame levou tempo para ser aceita pela CEA como componente da política pública educacional. Isso pode ser percebido na fala do entrevistado A3:

Mas assim, na origem do SINAES, a ideia não era de existir ENADE, bem na origem, nas primeiras reuniões da comissão, existia um ambiente bem desfavorável ao Provão, inclusive, a comissão, de maneira geral, os membros da comissão do SINAES tinham uma crítica muito forte ao Provão, que ele gerava classificação. (...) Então, no transcorrer das reuniões isto foi aos poucos sendo mais aceito, absorvido e que dentro de todo o sistema maior poderia ter uma prova, um exame aplicado aos alunos.

A aceitação ocorreu, conforme relato do entrevistado A4, “com base em elementos provindos das audiências públicas e de conhecimento disponível sobre processo de avaliação”. Ainda segundo este entrevistado, “tanto o setor público como o privado defendia a manutenção de instrumento que informasse sobre a qualidade dos cursos oferecidos e que permitisse o estabelecimento de rankings”. A fala desse entrevistado corrobora com a afirmação de Carvalho e Barbosa (2011, p. 188) de que “a formulação da política educacional condiciona e é condicionada pelas ações e reações dos atores sociais e governamentais”.

Após a aceitação de que seria necessário manter um tipo de avaliação nos moldes do Provão, iniciou-se a formulação da proposta do ENADE. Segundo Rua (1997) a fase de

formular as alternativas “é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se colocam claramente as preferências dos atores, manifestam-se os seus interesses e é então que os diversos atores entram em confronto”. Segundo o entrevistado A4, após realizar um processo de análise do método existente para a avaliação dos cursos, buscou-se um caminho na elaboração da proposta que privilegiasse a dimensão formativa dos cursos, buscando “aprofundar o conhecimento da formação oferecida pelos cursos, introduzindo a comparação iniciantes/concluintes de modo a privilegiar a dinâmica formativa de todos os cursos oferecidos e não apenas aqueles selecionados pelo Provão”.

Dessa forma, nasce a proposta do ENADE, sendo formulada com o desígnio de avaliar o valor agregado dos cursos, avaliando o aluno na entrada e na saída. A proposta foi elaborada, mas o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior acreditava não existir reais distinções entre o ENADE e o Provão, argumentando que a nova proposta reafirmava o caráter ranqueador, produtivista e punitivo. No entanto, o modelo elaborado para o exame foi defendido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), por acreditar que sua implementação resultaria em uma nova cultura de avaliação institucional. Por outro lado, a obrigatoriedade do ENADE como condição para obtenção do diploma, concomitante à utilização dos resultados da avaliação institucional para ranquear as universidades, foram alvo de críticas (CARVALHO; BARBOSA, 2011).

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O processo de tomada de decisão é o momento de definir a alternativa mais apropriada dentre as alternativas apresentadas, bem como a maneira como o processo será efetivado, equacionando os interesses dos atores participantes (SECCHI, 2010).

Frey (2000) ressalva que a decisão é precedida por processos de conflito e de acordo, envolvendo os atores sociais mais influentes na política e na administração. Neste sentido, a proposta inicial apresentada pela CEA para a avaliação do ensino superior além de gerar críticas por parte da sociedade civil organizada e pelos acadêmicos, resultou também em opiniões divergentes entre os membros da própria comissão. Tal fato torna-se explícito na fala do entrevistado A4, segundo o qual “desde o início da discussão na CEA, fui favorável à revisão do Provão e à manutenção de instrumento que pudesse dar conta do conjunto dos cursos oferecidos pelas IES, inclusive via exame nacional”.

No entender de Rua (1997), a tomada de decisão necessita levar em consideração o diagnóstico das possibilidades técnicas e políticas para solucionar o problema, a análise das informações disponíveis sobre o assunto e a alocação de recursos. Neste sentido, uma das principais dificuldades enfrentadas no processo de tomada de decisão referente ao ENADE, segundo o entrevistado B2 consistia na “dimensão do país, pois não é fácil administrar a execução de uma prova nacional em um país de dimensões continentais. Uma alternativa seria descentralizar, mas isso colocaria em risco todo o sistema”.

Outra dificuldade na tomada de decisão sobre aprovar ou não o ENADE no projeto de avaliação do ensino superior, segundo o entrevistado A4 era:

a dúvida sobre a possibilidade de entender o ENADE como indicativo de formação oferecida e, portanto, elemento a ser considerado na melhoria das IES. Continuava subjacente o desejo de utilizar os seus resultados como indicadores de prestígio, inclusive, no âmbito de instâncias do MEC envolvidas no processo desencadeado. Além disso, havia muitas questões de ordem técnica a enfrentar para evitar a cristalização de modelo único de formação bem como compatibilizar interesses consolidados ao longo dos anos.

Após discussões, foi aprovada a segunda proposta elaborada pela CEA que centralizava a avaliação institucional, com a inserção do ENADE não previsto na proposta original (REAL, 2007). Assim, foram mantidas características do sistema de avaliação

anterior e da primeira proposta elaborada do SINAES, acrescentando-se o exame para aferir o desempenho dos estudantes.

Assim, dentre as formas de compreender a dinâmica de escolha de alternativas de soluções para problemas públicos apresentados por Secchi (2010), o modelo incremental consiste na melhor alternativa para compreender o processo de tomada de decisão referente à reformulação da avaliação da Educação Superior, visto que ocorreram redefinições na proposta elaborada pela CEA. Ademais, o ENADE surgiu em consequência de uma decisão anterior (existência do Provão) e a tomada de decisão ocorreu prezando pelos interesses dos atores envolvidos no processo de elaboração da política pública.

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A fase de implementação é a etapa em que a administração pública visa transformar intenções políticas em ações concretas. O estudo dessa fase possibilita visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismo exagerados (SECCHI, 2010).

Para Frey (2000), a análise dessa fase do ciclo político pode apresentar duas abordagens: analisar a qualidade material e técnica de projetos ou programas, ou analisar as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos. Neste estudo, adotar-se-á a segunda abordagem, realizando uma descrição desse processo.

A implementação do SINAES e, conseqüentemente do ENADE, ocorreu primeiramente a partir da elaboração de leis, decretos, portarias e resoluções do MEC, visando à autorização de funcionamento do SINAES. O objetivo de tais legislações visava adequar os procedimentos de operacionalização do SINAES e a sua completa implementação. Assim, segundo Dias Sobrinho (2010), esse processo objetivava fornecer elementos para compreender a vida social e a formação ética e técnica dos estudantes.

Partindo da definição de Sabatier (1986) *apud* Secchi (2010), esse processo de implementação do SINAES e conseqüentemente do ENADE apresenta uma abordagem *bottom-up*, visto que sua formulação foi realizada de determinada maneira, sendo modificada com base nos problemas ocorridos durante o processo, como pode ser verificado na fala do entrevistado A3:

A concepção do SINAES na origem era uma, depois que passou no Congresso e quando ele foi para ser operacionalizado, começou a ter mudanças na gestão do INEP... Eu acho que, gradativamente, foi se perdendo aquela linha... Aquela linha original, aquela concepção original...

A aplicação do ENADE em todo o país ficou sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal, conforme consta na Portaria nº2.051, 9 de julho de 2004 (INEP, 2009). No entanto, ainda conforme o depoimento do entrevistado A1, constata-se que problemas operacionais vieram a interferir na implementação do ENADE, visto que houve um “choque com a realidade, que uma coisa é tu conceber um sistema como um modelo ideal, né, outra coisa é na hora que tu vai implementar em nível nacional, em larga escala.”

Essa dificuldade, que surgiu no momento de efetivar a proposta selecionada, em decorrência das dimensões geográficas do Brasil não constituiu uma novidade, uma vez que na fase de tomada de decisão, ao realizar o diagnóstico das possibilidades, este aspecto já havia sido apontado como um possível problema a ser enfrentado. Mesmo assim, optou-se por aprovar uma proposta que manteria a avaliação centralizada e, apesar das dificuldades enfrentadas para a aplicação das provas em âmbito nacional, o ENADE foi implementado e persiste como um dos componentes do SINAES, com o desígnio de avaliar o desempenho discente.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, na perspectiva de Secchi (2010), é a fase do ciclo político que se propõe examinar a implementação e o desempenho da política pública com a finalidade de conhecer melhor o estado da política e o grau de redução do problema que a gerou. Dessa forma, os esforços empreendidos para solucionar o problema original são avaliados, investigando a lacuna existente em seus resultados e os efeitos colaterais indesejados para a tomada de decisão referente às ações futuras.

O ENADE foi implementado como componente do SINAES com o desígnio de gerar informações, a partir da avaliação, para orientar “as instituições sobre a necessidade de fazer adaptações no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares” (SENA, 2011, p. 63), a partir da análise da trajetória do aluno no curso. Neste sentido, a fim de analisar a eficácia do ENADE, que corresponde ao nível de alcance das metas e objetivos estabelecidos (SECCHI, 2010), analisou-se sua capacidade de gerar informações que, segundo o entrevistado A3:

Do ponto de vista da etapa quantitativa, de gerar informações, de poder apontar caminhos, eu acho que o INEP está cumprindo uma etapa, uma fase... Está cumprindo uma função importante, que é... Mas... Além disso, ir para além disso, o olhar qualitativo, pra complementar essa avaliação quantitativa, isto tem que ficar a cargo de cada instituição. [...] Acho que o ENADE está sendo subutilizado, inclusive, pelo próprio Ministério e inclusive pelos pesquisadores, pela massa de dados que ele gera... eu acho que o ENADE e o INEP eles geram informações importantes quantitativas.

Sendo assim, na perspectiva deste entrevistado, o ENADE é eficaz no que tange à disponibilização de informações. Ademais, no intuito de ampliar a análise da eficácia do exame, buscou-se aferir sua real influência no cotidiano das IES, na percepção dos coordenadores de curso. Os resultados encontraram-se discriminados no seguinte quadro:

Quadro 2: Influência do ENADE no cotidiano da IES.

	Positiva	Negativa	Nenhuma
No cotidiano da IES	C1, C2, C3, C4, C5, C8, C9, C10, C13, C14	C11	C6, C7, C12
Percentual	71,43%	7,14%	21,43%

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa.

O coordenador C11 não atribui influências benéficas do exame à instituição, uma vez que, segundo ele “principalmente no que se refere à inscrição dos alunos, aumenta o trabalho das coordenações e pró-reitorias”. Esse fato pode ser apresentado como um efeito colateral da implementação.

Além disso, verificou-se através da análise das falas dos entrevistados que 21,43% da amostra não identifica influência do exame em uma IES, caracterizando-se em uma lacuna entre o objetivo estabelecido e os resultados alcançados. Destaca-se, no entanto, que o fato dos coordenadores entrevistados possuírem vínculo com instituições públicas, pode ser uma variável que influencie esse percentual, visto que para Sena (2011), o ENADE como um processo de avaliação não detém atenção na IES pública, provavelmente porque seu histórico de desempenho é superior às privadas, logo, não consideram a necessidade de análise dos resultados.

Em contrapartida, identificaram-se influências positivas na percepção de 71,43% dos entrevistados. Considerando que a avaliação institucional objetiva observar o desenvolvimento da instituição e pretende melhorar a qualidade do ensino oferecido (GRINSPUN, 2001), a visão do coordenador C3 se refere a esta proposta do exame.

Acredito que os resultados do ENADE tem possibilitado o estabelecimento de políticas e prioridades para a melhoria do ensino. Como exemplo podemos citar os editais lançados pelo MEC que têm como objetivos a

melhoria dos cursos de Licenciatura, especialmente em Ciências (Biologia, Química, Física e Matemática).

Por fim, C14 afirma também que “as instituições estão atentando mais para as questões envolvendo o ensino. E os estudantes, sabendo que estão participando de uma avaliação institucional a nível nacional, também estão se esforçando mais”. Segundo Marchelli (2007), os atores envolvidos no processo avaliativo de uma instituição, sendo estes os estudantes, professores, corpo administrativo acadêmico e não acadêmico, setores governamentais entre outros, devem estabelecer uma contínua melhoria como forma de construir um compromisso institucional com os padrões de qualidade. Logo, é perceptível a importância atribuída por este coordenador e pela autora à avaliação para a educação superior e ao processo de reconfiguração dela na instituição.

A eficiência econômica é outro critério apresentado por Secchi (2010) para realizar a avaliação de políticas públicas. Esse critério se refere à relação entre os recursos utilizados e a produtividade. Neste sentido, segundo (CASTRO *et al.*, 2003), a submissão de todos os cursos anualmente ao ENADE despenderia muito trabalho e demandaria um alto investimento da máquina pública, sendo necessário que os diversos cursos sejam divididos em grandes áreas, as quais são submetidas à avaliação a cada três anos. Essas áreas são: ciências humanas; exatas; tecnológicas e biológicas e ciências da saúde. No entanto, a aplicação do Provão era anual, como informa o entrevistado C3: “O provão era avaliado todo ano, não era cíclico igual hoje que é de 3 em 3 anos. Era um maior número de cursos e todos eram avaliados anualmente”. Essa mudança realizada no ENADE em relação ao Provão atribui ao exame atual um maior grau de eficiência, visto que alcança consideravelmente seus objetivos necessitando um menor investimento de recursos financeiros para a aplicação do exame.

Nota-se que apesar de algumas falhas apontadas pelos coordenadores, o ENADE, apresenta considerável eficiência e eficácia, alcançando seus objetivos e metas com um menor custo em relação ao exame anterior, sendo os aspectos relacionados a essas duas categorias apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Aspectos relacionados à eficácia e eficiência do ENADE.

Categorias	
O processo de Avaliação	Eficácia
	<p>Capacidade de gerar informações</p> <p>Contribui para a melhoria do ensino</p> <p>Possibilita um maior envolvimento dos atores institucionais</p>
	<p>Eficiência</p> <p>Melhor custo/benefício em relação ao Provão</p>

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa.

Sendo assim, a elaboração do ENADE como política pública educacional, segundo o modelo do ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2010), pode ser expressa no quadro a seguir:

Quadro 4: O ENADE na perspectiva do Ciclo Político.

Fases	Aspectos
Identificação do Problema	Exigência de controle de qualidade da educação superior por parte da sociedade
	Necessidade de exames de grande escala
Formulação da agenda	Desarticulação entre o Provão e demais componentes da Avaliação da Educação Superior
	Participação de atores governamentais e não

	governamentais
Formulação de alternativas	Críticas à proposta inicial da CEA
	Aceitação da necessidade de criar um exame em larga escala
	Análise do método existente para a avaliação dos cursos
	Elaboração da proposta que privilegiasse a dimensão formativa dos cursos (comparação iniciantes/concluintes)
	Nascimento da proposta do ENADE
	Dúvidas sobre as distinções entre o ENADE e o Provão
Tomada de decisão	Proposta defendida pela UNE
	Opiniões divergentes entre os membros da própria comissão
	Dimensão do país
	Dúvida sobre a possibilidade do ENADE como elemento a ser considerado na melhoria das IES
Implementação	Aprovação da segunda proposta elaborada pela CEA
	Reformulação da avaliação da Educação Superior através do modelo incremental
	Elaboração de leis, decretos, portarias e resoluções do MEC
	Abordagem <i>bottom-up</i>
Avaliação	INEP como o responsável pela aplicação do ENADE em todo o país
	Interferência de problemas operacionais
Extinção	Conformidade com os critérios de eficiência e eficácia na perspectiva dos entrevistados
	-

Fonte: elaborado pelos autores, utilizando-se os dados da pesquisa.

Destaca-se que a Extinção, última fase apresentada por Secchi (2010) em seu modelo para visualização do ciclo de políticas públicas não se aplica ao ENADE, visto que este permanece como processo avaliativo. Logo, desconsiderou-se essa fase para a realização deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ENADE consiste em um dos instrumentos utilizados pelo SINAES, que possui como objetivo analisar o aprendizado fornecido ao aluno e o efeito do curso nesse processo, enviando os resultados do exame às IES com o intuito de embasar tomadas de decisões nessas instituições referentes à necessidade de realizar melhorias no ambiente físico, no corpo docente e técnico administrativo ou revisões curriculares. Ademais, consiste em uma política pública educacional relativamente nova, que exige um investimento financeiro considerável da máquina pública. Neste sentido, como as políticas públicas no atual cenário acadêmico constituem objetos notórios de estudo, este trabalho buscou analisar o ciclo político do ENADE enquanto um dos instrumentos de avaliação da educação superior.

Concluiu-se que a exigência de controle de qualidade da educação superior por parte da sociedade, a necessidade de exames de grande escala e o fato do Provão ser desarticulado com os demais componentes da Avaliação da Educação Superior, foram fatores de considerável relevância para a inclusão do ENADE na proposta de reformulação da avaliação da educação superior. A definição das ações a serem adotadas, das metas a serem atingidas e

do objetivo a ser alcançado nessa reformulação, contou com a participação de atores governamentais e não governamentais.

A primeira proposta elaborada não foi aceita, pois não abarcava um exame em larga escala para avaliar os cursos e atender as demandas da sociedade. Sendo assim, surgiu a proposta do ENADE, a qual buscava privilegiar a dimensão formativa dos cursos. Mas as opiniões divergentes entre os próprios formuladores dessa política pública, concomitante com a preocupação com o processo de aplicação do exame devido à dimensão do país, dificultou a tomada de decisão dos atores envolvidos.

Apesar de tais aspectos, a segunda proposta elaborada pela CEA, a qual incluía o ENADE foi aceita, sendo atribuída ao INEP a responsabilidade de aplicação do exame. Apesar das críticas que atualmente recebe, o exame permanece como mecanismo de avaliação discente e apresenta conformidade com os critérios de eficiência e eficácia adotados para a análise da fase de avaliação de uma política pública.

Para compreender todo esse processo, adotou-se o modelo do ciclo político, o qual viabilizou a organização de ideias, simplificando a complexidade do processo de elaboração do ENADE como política pública. Neste sentido, destaca-se a importância de estudos para compreender todo o processo de elaboração de uma política pública e o contexto que é elaborada, e não apenas buscar avaliar seu desempenho. Uma análise completa permite aferir o real avanço de uma política, mesmo que esta ainda apresente aspectos a serem aprimorados. Além disso, permite identificar de maneira mais nítida os fatores que condicionam seus aspectos negativos.

No que tange ao ENADE, os resultados obtidos através das cinco primeiras fases do ciclo possuem considerável significância para compreender os aspectos relacionados à fase de avaliação. Ao considerar todas as fases do ciclo, nota-se que os formuladores já previam que o exame permaneceria com falhas atribuídas ao Provão, como por exemplo, a adoção dos resultados para a elaboração de *rankings*. Apesar disso, fatores, como a pressão social, levaram à inserção do exame na agenda. Logo, ao realizar apenas uma análise da fase de avaliação, essa crítica seria identificada, no entanto, desconsideraria que a falha já era prevista, mas constitui uma característica necessária para atender à demanda da sociedade.

Sendo assim, conclui-se que o ENADE, apesar de apresentar aspectos negativos, constitui um avanço no processo de avaliação da educação superior e a elaboração dessa política pública apresentou uma característica interessante: a participação direta de atores não governamentais. Ademais, comprovou-se a importância de buscar compreender todo o processo de elaboração de uma política pública, sendo o ciclo político um modelo que facilita esta análise.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. G.; Freire, S. F.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos Indicadores de Gestão das IFES e o desempenho discente no Enade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. v. 16, n. 2, p. 841-850, nov. 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, G. B. Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 9, n. 2. P. 37-49, jun. 2004.

BRITO, M. R. F. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 317-334, jul. 2011.

CARVALHO, M. L.; BARBOSA, T. R. C. G. O paradoxo da política de ampliação do acesso ao ensino superior: o caso das universidades federais do estado de Minas Gerais. In:

FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M.L.; GAVA, R. (Org.). **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa, MG: Suprema, 2011.

CASTRO, S. O. C.; SOUZA, L. H. G. R.; GAVA, R.; SILVA, E. A. **A influência do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes nas Instituições de Ensino Superior**. . In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis - AdCont, 2013, FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

DIAS SOBRINO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

GRINSPUN, M. P. S. Z. Avaliação institucional. Avaliação e políticas públicas em educação. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v.9, n.31, p. 223-236, abr/jun. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório de curso**. ENADE. UFV/Administração. 2009. Disponível em: <<http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

JANNUZZI, P. M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, v. 36, n.1, p. 38-67, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCHELLI, P. S. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: v. 15, p. 351-372, n. 56, jul./ set. 2007.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C.M.; BARREYRO, G.B. Sinaes: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio. **Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

REAL, G. C. M. A qualidade revelada na educação superior: impactos da política de avaliação no Brasil. 2007. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RUA, M. G. **Análise das políticas públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil. Brasília: BID, 1997. Disponível em <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/doenloads/pol_publicas.PDF> Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

SCHWARTZMAN, S. **As avaliações de nova geração nas sociedades contemporâneas** (versão preliminar). Fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/alberto.pdf>> Acesso em 08 de jun. de 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENA, L. C. M. **Repercussões dos resultados do enade (2008) na licenciatura em pedagogia: O Caso do Distrito Federal**. Monografia em licenciatura em Pedagogia. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011.

SOUZA, C. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA, L. H. G. R. **Políticas públicas em educação superior no Brasil**: análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do modelo do ciclo político. F. 125-136. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.

WEISS, C. **Evaluation**: methods for studying programs and policies. Cambridge: Havard University, 1998.